

## **Projeto de Lei n. 24/2025, de 06 de Novembro de 2025**

*Estabelece normas de apreensão de animais no perímetro urbano, determina critérios para a liberação e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Marcelino Vieira-RN, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte lei;

### **CAPÍTULO I DA FINALIDADE**

**Art. 1º.** Esta Lei tem por finalidade estabelecer normas para a manutenção da zona urbana a salvo da invasão de animais brutos.

**Parágrafo Único.** Consideram-se animais brutos para efeitos desta lei:

- I** - Animais cujas características são típicas de criação campestre;
- II** - Animais que por sua natureza ofereça risco à integridade física dos cidadãos;
- III** - Animais que, mesmo sendo considerados domésticos, cause prejuízos a terceiros;
- IV** - Animais vadios.

### **CAPÍTULO II DO PODER DE POLÍCIA E DAS CONDIÇÕES PARA LIBERAÇÃO**

**Art. 2º.** Para que se cumpra a finalidade descrita no artigo anterior, o Poder Executivo, através de Secretarias integralizadas, manterá fiscais em vias públicas com a finalidade de cumprir a presente lei;

**Art. 3º.** No exercício de seu ofício, o fiscal obedecerá às seguintes normas:

- I-** O animal que se encontrar na via pública solto e desacompanhado de seu guia, será apreendido e o seu proprietário ficará sujeito as sanções descritas nos Art. 4º, para a sua liberação;
- II-** Durante o período de apreensão dos animais, que não será superior a oito dias a partir do fato apreensivo, o Poder Público é responsável pela sua alimentação e guarda;

**Art. 4º.** Uma vez realizada a apreensão de animais, o proprietário sujeitar-se-á ao pagamento de taxa diária de custos de manutenção, por cabeça, prevista no Anexo I desta Lei, para ter assegurado a liberação do animal;

**Parágrafo Único.** A taxa de que trata o *caput* deste artigo é destinada ao ressarcimento das despesas que o Poder Público realizar durante o período de apreensão dos animais;

### **CAPÍTULO III**

#### **DA DESTINAÇÃO DOS ANIMAIS APREENDIDOS NÃO REQUISITADOS POR SEUS PROPRIETÁRIOS**

**Art. 5º.** Na hipótese de os animais não serem requisitados por seus proprietários no transcurso do prazo previsto no inciso III do Art. 3º, o Poder Público tomará as seguintes providências:

**I** - Sendo animais que culturalmente são usados para consumo humano, e estando estes em perfeitas condições de saúde, serão abatidos sob inspeção sanitária do município e sua carne destinada às creches e unidades escolares municipais;

**II** - Sendo animais cuja carne não seja utilizada para consumo humano, serão estes doados a pessoas físicas ou jurídicas radicadas fora da zona urbana;

**§ Único** - A doação determinada no inciso II deste artigo, será feita mediante Termo de Doação preparado pelo órgão doador, em que conste a identificação do beneficiário, a espécie do animal doado com suas características físicas, o local da destinação e a data de sua assunção pelo beneficiário;

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO RECOLHIMENTO FISCAL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 6º.** O recolhimento da taxa de apreensão prevista nesta Lei será feito mediante documento fiscal em que conste a inscrição da Prefeitura no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), preenchido pelo setor de arrecadação do Município e bem como a identificação do agente arrecadador;

**Art. 7º.** Após o pagamento da taxa de apreensão, o agente pagador receberá uma guia de quitação do documento fiscal de que trata o Art. 6º, para apresentar ao servidor responsável pela observação e alimentação dos animais apreendidos a fim de liberá-los;

**Art. 8º.** A receita resultante da aplicação da taxa prevista nesta Lei será aplicada na conta de Tributos e Taxas diversos, mantida pelo Poder Público em agência bancária oficial;

**Art. 9º.** Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir mantimentos para os animais durante o prazo de apreensão;

**Art. 10.** São terminantemente proibidas quaisquer práticas de maus tratos contra animais sob a apreensão e guarda do Poder Público;

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.  
Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira-RN.  
Gabinete do Prefeito, em 07/11/2025.

*Hindemberg Pontes de Lima*  
PREFEITO

### **Anexo I**

#### **I - Liberação do Animal por Cabeça**

<b>PORTE</b>	<b>ESPÉCIE</b>	<b>VALOR DA MULTA</b>
Grande Porte	Equinos, Assinos e Bovinos	R\$ 50,00
Pequeno Porte	Gaprinos, Ovinos e Suínos	R\$ 20,00

#### **II – Taxa de Permanência Diária do Animal por Cabeça**

<b>PORTE</b>	<b>ESPÉCIE</b>	<b>VALOR DA MULTA</b>
Grande Porte	Equinos, Assinos e Bovinos	R\$ 15,00
Pequeno Porte	Gaprinos, Ovinos e Suínos	R\$ 05,00

